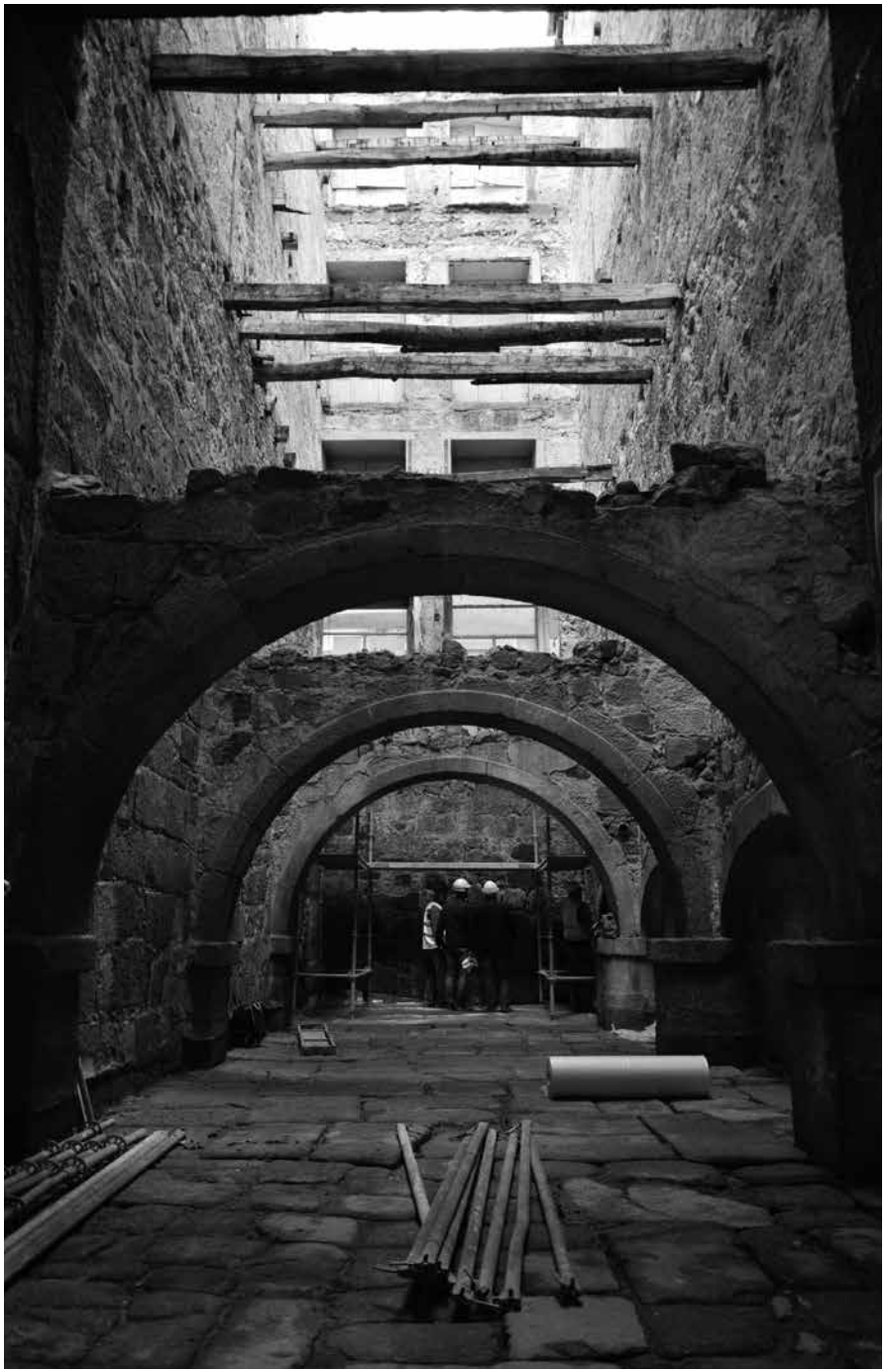
RESERVATÓRIO

CADERNO 2:
FRENTE RIBEIRINHA
BARRA DO RIO

JUL 2021



Motivos							
Angulares							
Nº ocorrências	9	12	4	3	2	2	1
Geométricos							
Nº ocorrências	2						
Cruciformes							
Nº ocorrências	1						
Cursivos							
Nº ocorrências	1						
Cursivos Angulares							
Nº ocorrências	6						
Outros							
Nº ocorrências	1	1	1	18	1		

Intervenção arqueológica / Rua de S. João, 9 – 21 | SJO9.17 / Fotografia DMPC

Visita de reconhecimento arqueológico /
Rua de Monchique 5 – 24, Convento de Monchique / Fotografia DMPC

NYMPHAEA
TEATRO DO FRIO

"Vivendo simultaneamente duas vidas: uma aérea, banhada e imersa na luz, feita de visibilidade e de uma intensa interação inter-específica com outras plantas [e] animais; outra ctónica, mineral, latente, ontologicamente noturna, cinzelada na carne de pedra do planeta, em comunhão sinérgica com todas as formas de vida que a povoam (...) [reunindo] no seu corpo e na sua experiência a terra e o céu, a pedra e a luz, a água e o sol "[1].

Eis a planta.

"É logo no corpo da planta que tudo está em tudo: o céu está na terra, a terra é conduzida ao céu, o ar faz-se corpo e extensão, a extensão é simplesmente um laboratório atmosférico"[1].

Cosmos. Magia. Cultura.

Habitando simultaneamente a terra, a água e o ar, numa cultura de atravessamentos, hibridização e resiliência a história do género *Nymphaea* atravessa a história da humanidade.

Planta paradigmática em vários rituais das civilizações Maya e Egípcia, símbolo de purificação, regeneração, sublimação, berço dos deuses primordiais.

Nomear o invisível.

Nun. Lux. Nix. Isis. Eritreia. Egípcia. Babilónia. Ninfa.

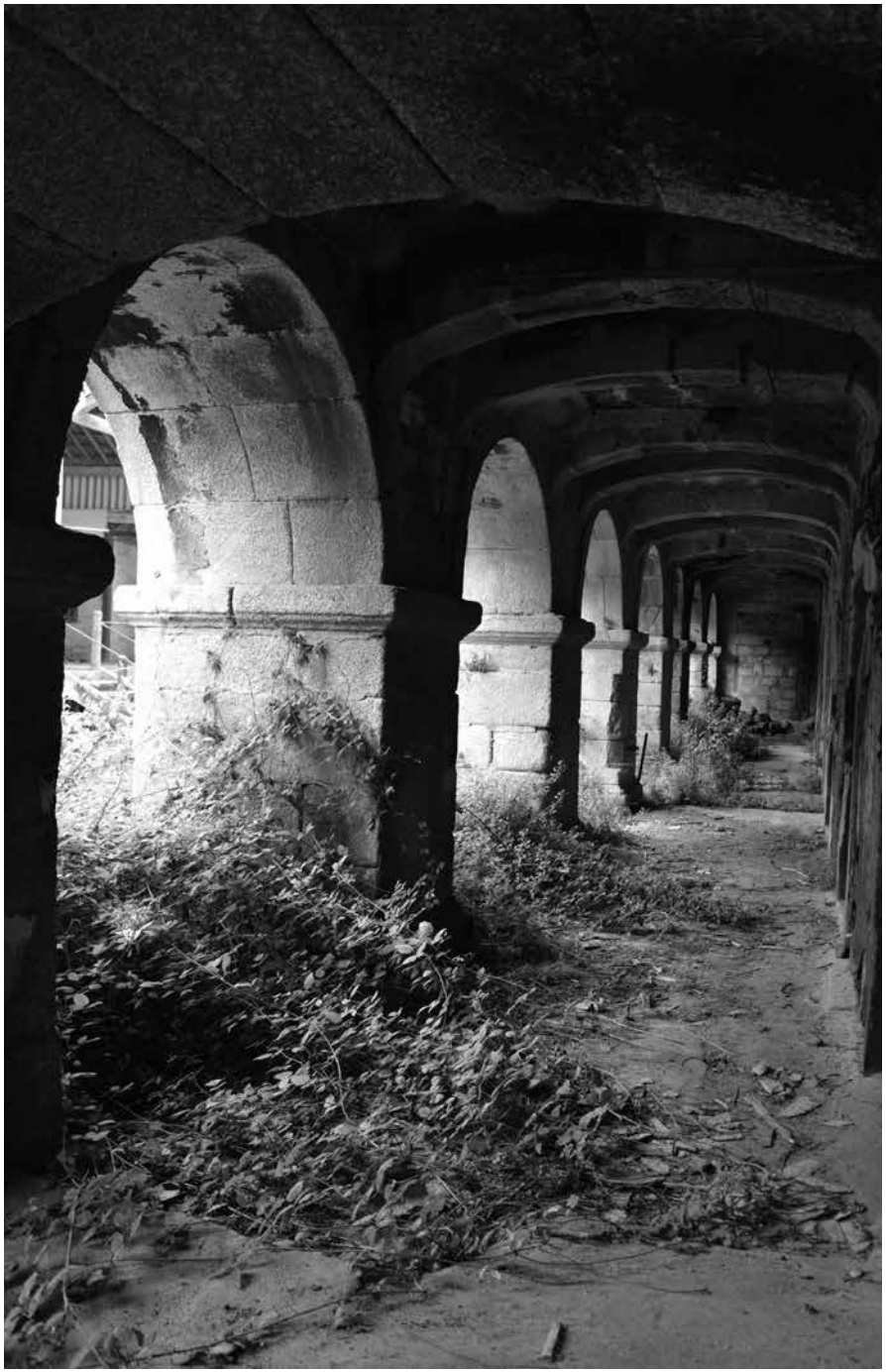
Da foz do Douro ao delta do Nilo.

Dos lagos da América Central aos Viveiros da Europa Central.

Eis o híbrido criado em cativeiro europeu, a *Nymphaea Chromatella*.

[1] COCCIA, Emanuele, *A vida das plantas*, 114-115.

Visita de reconhecimento arqueológico /
Rua de Monchique, 5 – 24, Convento de Monchique / Fotografia DMPC



Visita de reconhecimento arqueológico /
Rua de Monchique, 5 – 24, Convento de Monchique / Fotografia DMPC

FRENTE RIBEIRINHA

ANTÓNIO MANUEL SILVA

No século I antes da nossa era, as comunidades do baixo Douro entram em contacto regular com o mundo romano, deparando-se, cada vez com maior frequência, com comerciantes e militares. Após a conquista romana do noroeste, nas últimas décadas dessa centúria, a rede de povoamento de *callaeci*, *bracari* e muitos outros povos, até então concentrada nas elevações (castros), espraia-se pelo sopé e alastra aos vales fluviais, já sob o estímulo e o mando dos novos donos do território.

O alto da Penaventosa permanece habitado e terá certamente sido objeto de renovação nas arquiteturas privadas e públicas, abrindo-se espaços de circulação e refazendo-se as muralhas com aparato e dignidade. Mas, junto ao rio nascia já um *uicus*, aglomerado urbano comercial, onde os naturais conviviam com forasteiros no trato dos negócios e dos ofícios, mirando embarcações de longínquas partes acostadas numa e noutra margem do Douro. Aí se constroem novas habitações, amplas e confortáveis, com pátios interiores rodeados por colunas e salas pavimentadas por mosaicos, dispostas entre arruamentos ordenados e de bom trânsito, que a arqueologia ainda não desvendou mas podem adivinhar-se à luz dos costumes do tempo. *Cale* e *Portus Cale* povoavam-se de barcos e de gentes.

Louças de mesa ao novo gosto, fina e translúcida vidraria, requintados utensílios em bronze são, primeiro, a novidade dos ricos, mas cada vez mais comuns ao longo do Império e mesmo depois dele. Pelo século V d.C., os novos senhores da guerra e da terra demoravam nas velhas *domus* romanas, de que são testemunho eloquente duas raras moedas suevas, em prata, exumadas nas escavações arqueológicas da Casa do Infante.

Agora, troquemos as voltas ao tempo e regressemos às primeiras camadas da estratigrafia nem sempre linear. Precisamente para pôr em diálogo objetos e signos diversos, entretecendo narrativas

para que cada um construa a sua própria história dos dias e dos lugares.

De tantas portas e postigos da muralha Fernandina só restou um, chamado «do Carvão», que acolheu uma inscrição fundacional da cerca gótica que ampliou a cidade Tardo-medieva? Entremos por ele e subamos à Rua Nova de D. João I, uma das mais largas da Europa à sua época. Das arquiteturas passadas restaram pedras nas moradas de hoje e outras que, descartadas na passagem dos dias, não deixam, ainda, de evocar as altas e sólidas casas-torre de burgueses e funcionários da Moeda e da Alfândega.

A memória da cidade oferece-se em vários registos e imprevistas materialidades.

«Cidade da Virgem», anunciam com orgulho as torres ladeando a Senhora talhada em madeira; um painel de taipa – parede de terra e floresta – ecoa vozes e vidas compartimentadas nas casas do velho burgo.

Intervenção arqueológica / Rua do Loureiro, 132 – 136 | LRO132.17 / Fotografia DMPC

FORMAS DE HABITAR – A TAIPA

Marta Pereira

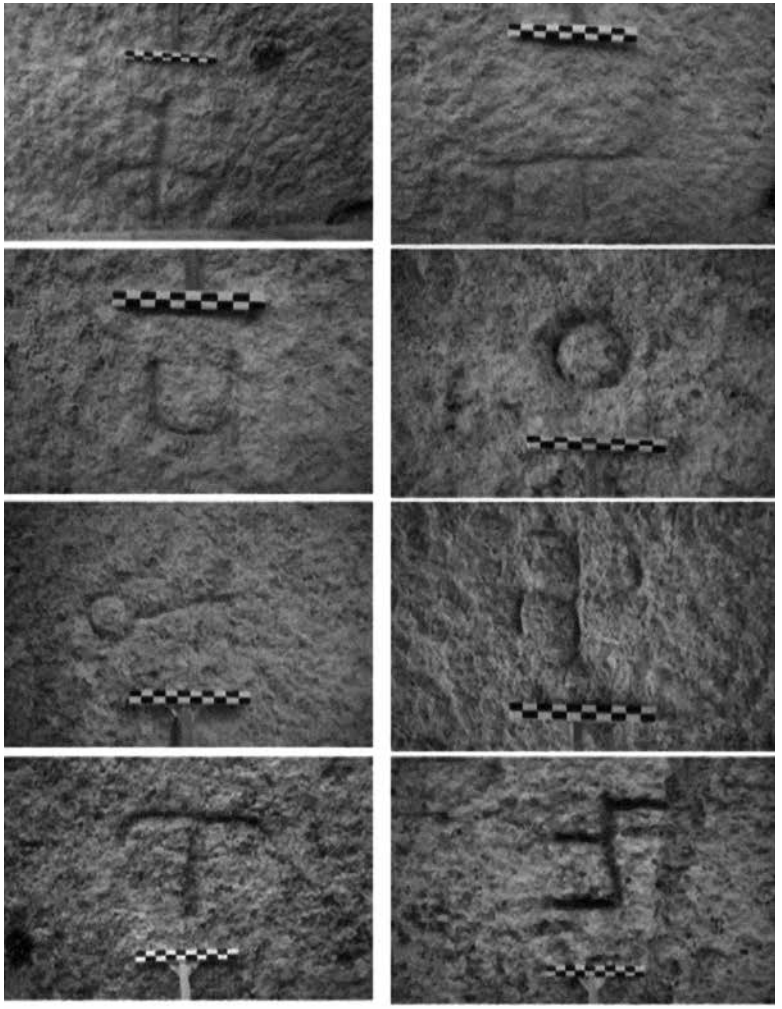
As formas de habitar são, desde sempre, a essência do processo de autopreservação do Homem. A produção da casa, intimamente associada ao lugar, ao sentido de permanência e ao relacionamento que as comunidades estabelecem com o espaço, ganha forma através de materiais que se estruturam na criação do seu invólucro protetor. A taipa, *Fachwerk*, enxaimel, esqueleto ou cruz de Santo André, é uma técnica construtiva documentada nos mais antigos tratados de arquitetura, composta pela repetição vertical de um reticulado em madeira, reforçado no interior por cruzes e preenchido com tijolo e argamassa. Estes testemunhos da arte de construir são, significativamente, os edificadores da paisagem humanizada do centro do Porto, revelando a essência funcional da casa alta e esguia que, sobre um rés do chão em pedra, se elevava, acompanhando o desenvolvimento económico e demográfico da urbe. Esta taipa provém da setecentista Rua de S. João, documentando a evolução construtiva de uma das mais comerciais vias portuenses.

SILHARES DE UMA CASA DA RUA NOVA

Manuel Real

A cidade do Porto, nos séculos XIV e XV, era um extenso estaleiro de obras. Concluídas já a alfândega e a muralha, o rei D. João I decidiu renovar a baixa ribeirinha, onde também estavam em construção os mosteiros mendicantes e a Casa da Moeda. Assim nasceu a Rua Nova, que se tornaria no novo centro cívico da urbe e com cujo rendimento o Rei pensava poder pagar ao Bispo a tença anual resultante do acordo de 1405, que entregou o governo municipal à elite burguesa da Cidade.

Estes silhares pertenceram precisamente a uma das casas mandadas construir pelo Rei. O fornecimento dos blocos de cantaria era efetuado a partir de pedreiras da cidade e arredores, como a do Monte Pedral. Os artífices poderiam ser pagos à peça ou através de um salário. Através dos registos da Câmara sabe-se que o salário de um pedreiro era de 20 rs. diários, em 1450, tendo subido para 50 rs. no final do século. A existência de siglas nos silhares parece demonstrar que, na ocasião, um operário de pedreira receberia pagamento por cada unidade produzida. Ele utilizava um símbolo pessoal para identificar o seu trabalho e justificar a quantia que teria a receber pela entrega de determinado lote. Os pedreiros usavam símbolos alfabéticos, geométricos, esquemáticos ou figurativos, podendo haver casos de identificação familiar.



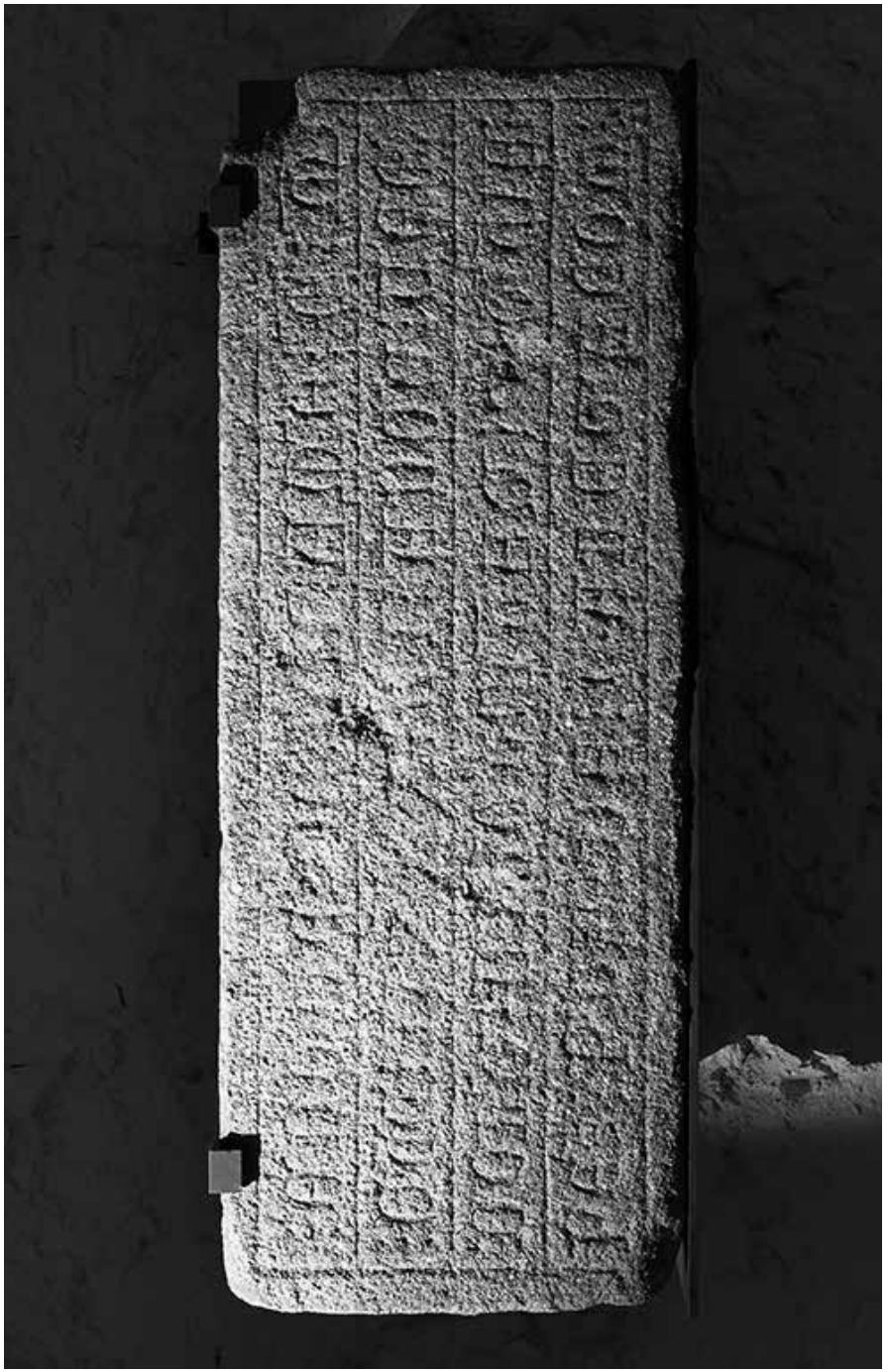
INSCRIÇÃO DO POSTIGO DO CARVÃO

Manuel Real

Esta inscrição comemorativa encontrava-se outrora embutida na muralha, sobre o arco do Postigo do Carvão. É a única porta conservada da cerca "Fernandina" e situa-se junto ao primitivo cais medieval e próximo à praça da Ribeira.

A legenda encontra-se em mau estado de conservação, o que tem dificultado o seu completo entendimento.

A epígrafe abre com a invocação do nome de Deus, simbolizando o desejo de proteção divina para o acontecimento ou obra que se está a comemorar. Segue-se a data, segundo a Era de César, que após a conversão coincide com o ano 1348, da Era cristã. Por fim, e de acordo com a leitura mais recente, estará a referir-se à ação dos vedores de uma obra – necessariamente da própria muralha – falando-se em Gaia e da presumível "carregação" (CAREGACOM) de algo. Tradicionalmente, esta última palavra tem sido interpretada como "cadeia e amarração" (CADEA E A[ma]RASOM). Seja como for, este monumento epigráfico ajuda a confirmar outras fontes que apontam para o início da construção da 2.ª cerca da muralha no reinado de D. Afonso IV, sendo ela designada "Fernandina" apenas por ter sido concluída pelo seu neto, o rei D. Fernando.



Inscrição do Postigo do Carvão / Vista do Reservatório

CAPITEL GÓTICO

Manuel Real

Capitel medieval descoberto durante a obra numa casa da Rua do Comércio do Porto. Trata-se de um elemento arquitetónico relacionado, aparentemente, com uma colunata de fustes geminados. Pertenceria a uma estrutura alpendrada, pelo que, devido à localização do achado, deverá ser proveniente de um dos mosteiros mendicantes. Embora nada de seguro se possa adiantar sobre a sua origem, quando comparado com o arco sobrevivente da crasta do mosteiro de S. Francisco, parece não se harmonizar com o estilo dos respetivos capitéis. A alternativa será de atribuí-lo ao mosteiro de S. Domingos, seja no claustro interior, seja no seu celebrado alpendre público. Estes mosteiros foram criados na década de trinta do século XIII, mas as instalações iniciais seriam ainda humildes. Sabe-se que a construção definitiva do templo, em S. Domingos, se iniciou em 1383, prosseguindo ainda durante a primeira década da centúria imediata. Algo paralelo deveria estar a acontecer na igreja de S. Francisco, pelo que será quase seguro situar o capitel no século XV.

Do ponto de vista plástico, é uma peça seca e rude, que exibe uma série de cabeças humanas, tratadas de modo muito ingénuo. Em capitéis medievais, este tipo iconográfico anda, por vezes, associado à representação de pecadores ou almas condenadas, como advertência ao povo de Deus.

SILIQUA SUEVA

António Manuel Silva

São apenas duas centenas as moedas suevas conhecidas em toda a Península Ibérica; quase todas em ouro, com exceção de meia dúzia de exemplares de *siliquae*, batidas em prata por ordem do rei Requiário. Quatro apareceram em Portugal e duas no Porto, nas escavações arqueológicas da Casa do Infante.

Esta é uma moeda de duas caras. Como todas, bem entendido; mas esta particularmente, porque o anverso exibe o busto e a titulatura do primeiro imperador romano do Ocidente, Honório, desaparecido 25 anos antes. Talvez o rei Requiário, que mandou cunhar esta moeda entre os anos de 448 e 456, procurasse prestígio e legitimação, ou, quem sabe, tivesse celebrado algum tratado de paz com Roma que assim quisesse comemorar.

Mais importante é o reverso. Rodeando uma cruz latina, enquadrada por laurel, podemos ler IVSSV RICHIARI REGES, «por ordem do rei Requiário». Ladeando a cruz, as letras B R identificam *Bracara*, a capital sueva, como centro emissor.

Pela primeira vez no ocidente europeu um rei «bárbaro», cristão, regista o seu nome numa espécie monetária.

PÁTERA

Rui Morais e António Manuel Silva

Os ambientes mais sofisticados do mundo romano são aqui exemplificados por uma peça rara. O objeto exposto corresponde ao cabo de uma pátera, ou taça, em bronze fundido, encontrado em escavações recentes no quarteirão da Casa do Infante. Trata-se de um objeto que teria sido usado para servir comida ou bebida em jantares ou como prato de oferendas para fazer libações de vinho e outros líquidos em cerimónias religiosas. Apresenta uma haste maciça de secção circular com cerca de 30 cm de comprimento que remata com uma representação zoomórfica muito estilizada, provavelmente em forma de cabeça de carneiro, com uma esfera na boca para suspensão. Atendendo à tipologia do cabo, muito similar a uma peça de Conimbriga, a pátera teria uma aba larga, de que se veem ainda dois rebites para fixação à taça. O carácter estilizado da decoração e a tecnologia de produção, com a haste maciça, parece sugerir um fabrico peninsular cujas raízes se inserem numa prática metalúrgica pré-romana e, de algum modo, comum ao ocidente europeu.

CERÂMICA ROMANA

Rui Morais

Em Época Romana as populações que aqui residiam utilizaram cerâmicas fabricadas localmente ou na região, que complementavam com louça importada de outras áreas do Império. Os milhares de fragmentos encontrados nas escavações, nomeadamente na Casa do Infante, correspondem maioritariamente a louças produzidas localmente ou na região e que aqui estão representadas por pratos, tigelas e almofarizes. Estas produções são complementadas com a chegada de outras louças importadas, fazendo despertar novos mercados de consumo e novos modos de vida, fruto de um comércio que hoje designaríamos «à escala global». De entre a louça importada destacam-se as cerâmicas finas de mesa, em particular a chamada *sigillata*, que se caracteriza por possuir um verniz exterior de cor castanha, avermelhada ou mesmo alaranjada que lhe dá um aspeto particular. Estas cerâmicas provinham de distintas regiões da Península Itálica, do sul da Gália, do norte de África e mesmo do Mediterrâneo Oriental, acompanhadas por outros produtos cerâmicos e outros bens consumíveis e artesanais.

CEPO DE ÂNCORA

Rui Morais e António Manuel Silva

No encontro do Atlântico com as águas do Douro, um praticante de caça submarina encontrou casualmente, em 1995, um cepo em chumbo, da âncora de uma antiga embarcação, provavelmente romana.

Os imensos testemunhos encontrados em escavações revelam que o Porto em Época Romana beneficiou do extenso curso fluvial do Douro. Âncoras deste tipo são muito comuns entre os séculos IV-III a.C. e o final do Império de Roma. Pelo seu peso e dimensões, esta âncora deverá ter equipado uma embarcação de pequeno calado, adequada à navegação de cabotagem ou fluvial.

Não surpreende assim que Estrabão, um geógrafo grego de Época Romana, o tenha mencionado como navegável por grandes navios até cerca de 160 quilómetros a montante. Um outro aspeto a considerar na navegabilidade do Douro é a sua importante função como enclave portuário na chamada rota atlântica, permitindo que os barcos, vindos do oceano, penetrassem ao longo do rio e aportassem nos seus ancoradouros, aproveitando as reentrâncias das margens para cargas e descargas. Mas estas embarcações tinham primeiro que vencer as dificuldades da barra, que terão originado copiosos naufrágios.

BARRA DO RIO

ANTÓNIO MANUEL SILVA

O território humanizado crescera ainda em tempos de Roma. Novas atividades económicas emergem ou são potenciadas na região: o cultivo intensivo das agras baixas, a pesca, a produção de sal, a mineração e a exploração de outras matérias-primas e, especialmente, o comércio, que aqui fundia o braço do Douro com o Atlântico.

À medida que se disseminam as escavações arqueológicas, percebemos que vários locais da margem direita do rio, em especial onde desaguam ribeiras, concentram vestígios de habitação antiga – achados romanos em Miragaia (foz do rio Frio), com referência a inscrições; em Massarelos (rio de Vilar) e em Lordelo (ribeira da Granja), onde existiu uma propriedade agrícola dos finais do Império. Já na boca do Douro, as águas ofereceram-nos um cepo em chumbo, memória da âncora de uma embarcação, provavelmente romana, das muitas que subiam o rio.

Fora dos muros da urbe, os mosteiros modernos oferecem à arqueologia revelações inesperadas. Do subsolo do convento de Monchique emergiram velhos muros e pátios. Entre as lamas trazidas pelo Douro, além de finas louças esmaltadas, apareceu o leito de um carro de bois feito em carvalho, o mais antigo do Porto e bem mais arcaico que Monchique, como nos diz o carbono 14.

A caminho do sol-pôr, o ferro e o granito uniram-se para ligar ao Douro as embarcações atlânticas. Forjado em forma de esfera armilar, a lembrar glórias e impérios antigos, o singelo remate metálico, de feitura oitocentista, coroava a pirâmide Filipina da «bandeirinha da saúde», baliza para os navios entrados na barra e muro simbólico para os suspeitos de pestes e outras maleitas.

Quando o Douro beija o oceano visitamos um bispo-mecenas seiscentista, íntimo de Papas e humanistas de além-Pirenéus. D. Miguel da Silva, amante das artes clássicas, mandou erguer o farol de São Miguel-o-Anjo, enobrecido com inscrições

latinas e uma estátua alojada em templete fluvial, o «Togado», rude emblema granítico da arte romana provincial.

Chegados ao Castelo de São João da Foz, voltamos à conversa com D. Miguel, que ali fez construir a primeira igreja renascentista portuguesa e sonhou um palácio, inacabado e quase reduzido à fachada. De novo o gosto requintado, a bela louça de mesa, como a bilha de aparato com mascarões, tropeçam na efemeridade da vida. Sepulturas de residentes e forasteiros reúnem-se no espaço protetor dos dois templos sobrepostos. Apenas as contas dos rosários, crucifixos e medalhas religiosas, ou raro ornamento pessoal, distinguem os inumados, mas as vieiras e as insígnias em azeviche asturiano sussurram-nos que, naquele chão sagrado, também deixaram o corpo alguns peregrinos na volta de *Campus stellae*.

Aqui, na foz e na frente oceânica, a romanidade é por enquanto mais esquiva. Dentro desta fortaleza de Quinhentos, sob a pristina Igreja de São João da Foz, resistiram os alicerces de singela ermida medieva, coração da pequena póvoa piscatória. Desses muros fundadores, as escavações trouxeram à luz do dia um quase apagado voto romano de face granítica, talvez oferecido aos deuses das imensas águas, as mesmas que poderão ter feito perder a âncora ou naufragar inúmeras embarcações.

Viveiros — Teatro do Frio / Vista do Reservatório

BANDEIRINHA DA SAÚDE

Maria Augusta Martins

"Catavento" de ferro forjado - uma réplica de pendor *manuelino* – que veio substituir a primitiva 'bandeirinha da saúde', provavelmente de tecido amarelo, hasteada no topo de uma coluna ainda hoje existente no pequeno largo da Rua da Bandeirinha. Deste local privilegiado, a 'bandeirinha' era facilmente visível pela navegação que demandava o rio Douro e cujo desembarque só poderia fazer-se após inspeção que comprovasse que estes não eram portadores de peste ou outra doença epidémica que pudesse disseminar-se na cidade. A visita sanitária era habitualmente feita pelo Guarda-Mor da Saúde do Ouro.

Quanto ao suporte da bandeirinha, sabe-se que foi construído por Bastião Fernandes (pedreiro) que em 1597 arrematou em hasta pública a sua obra pela soma de 18$000 reis. É constituído por uma coluna piramidal firmada sobre alto embasamento quadrangular, tudo em cantaria de granito, incorporado no muro sobranceiro às escadas que descem para o Largo da Alfândega. Ainda hoje, o remate desta coluna ostenta uma longa haste de ferro com uma bandeira colocada sobre uma esfera armilar e encimada por uma cruz templária ou pátea, composição em tudo igual ao modelo que aqui se apresenta.

Bandeirinha da Saúde / Vista do Reservatório

Veículo de tração animal / Intervenção arqueológica /
Rua de Monchique, 25 – 40, Convento de Monchique | MCH15 / Vista do Reservatório

VEÍCULO DE TRAÇÃO ANIMAL

Teresa Soeiro

Leito (incompleto) de provável carro de bois com eixo móvel, encontrado na intervenção arqueológica realizada próximo da antiga margem do Douro, junto do Convento de Monchique.

Pode integrar-se na tipologia do carro de chedeiro em ogiva, com chedas ligadas ao cabeçalho (F. Galhano, 2.º tipo), dominante no Entre Douro e Minho, Alto Douro, até Coimbra, pelo menos desde a Época Moderna, sendo quase 43.000 os recenseados em 1819.

Neste exemplar, as chedas, peças estruturantes que delimitam o leito do carro, são robustas e curvadas para se fixarem ao cabeçalho, que o atravessaria longitudinalmente e ao qual eram atrelados os animais de tração. A localização do rodado, certamente único, está testemunhada pelas furas para encaixe das peças verticais que enquadravam o eixo móvel.

No início do século XX, ainda se podiam ver muitas dezenas de carros de bois afins a este nos espaços ribeirinhos do Douro, prontos para receber e entregar às embarcações de rio e mar as mais variadas cargas, numa complementaridade multissecular.

A análise da madeira identificou o género *Quercus*, apontando para carvalhos de folha caduca, vulgares na região e utilizados para a construção de veículos de uso corrente.

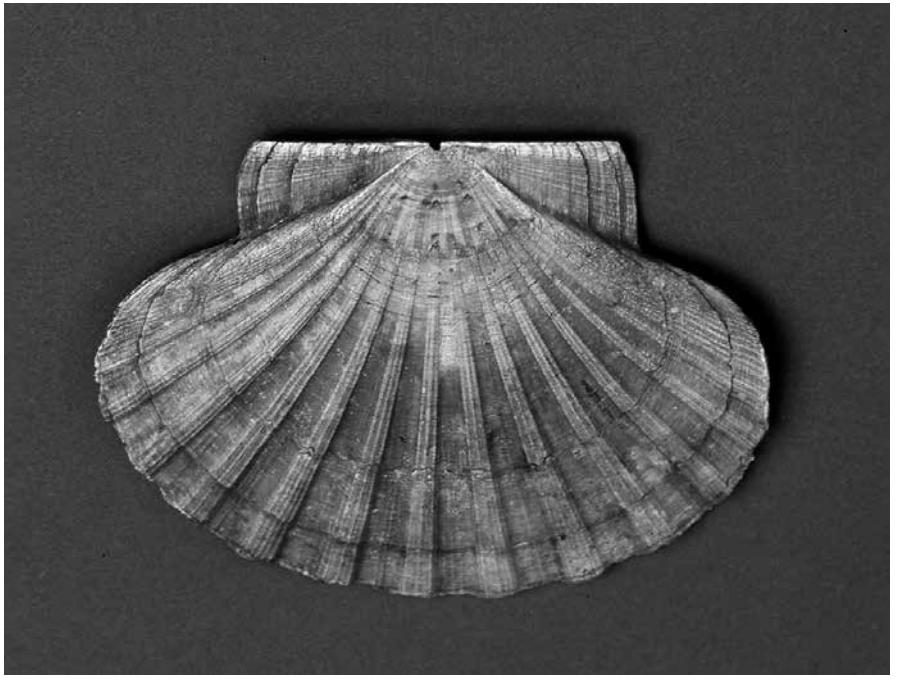
A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CASTELO DA FOZ

Isabel Osório

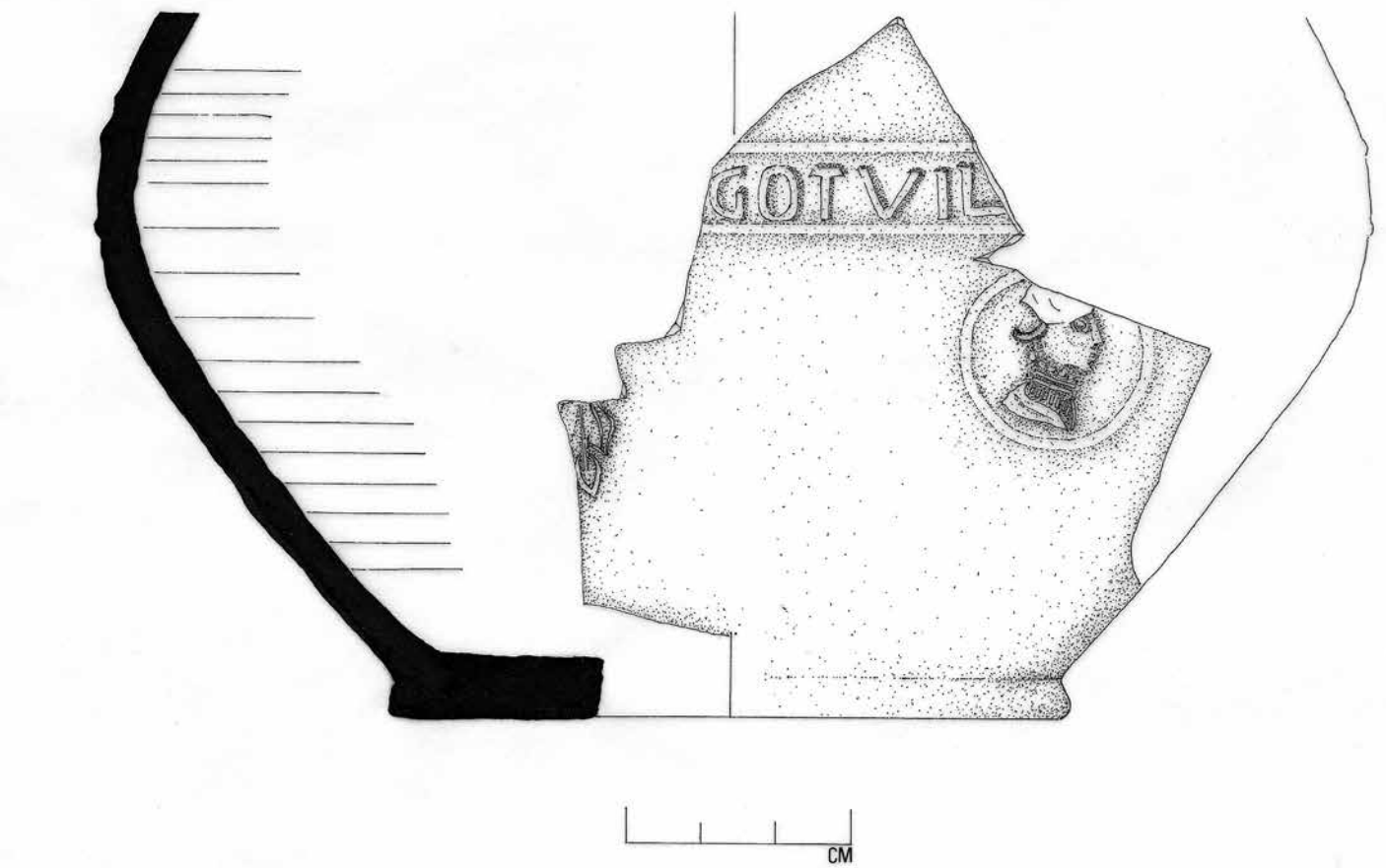
Entre 1987 e 1991 a equipa municipal de arqueologia realizou uma campanha de escavações na fortaleza de S. João Baptista da Foz, acompanhando a obra de reabilitação do monumento classificado. O resultado da intervenção superou as expectativas.

A investigação foi programada em resposta às questões que a ocupação do sítio e do lugar de S. João da Foz, suscitavam. Além da análise arqueológica dos paramentos e aspetos arquitetónicos, reveladores de diferentes fases do forte, e da infinitude de vestígios mais ou menos encobertos da monumental igreja e palácios de D. Miguel da Silva, procurou-se localizar a ermida referenciada em 1145.

No corpo semidestruído da igreja renascentista, a primeira edificada em Portugal, e sob camadas de ossadas e sepulturas em covacho de onde se recolheram objetos de devoção e adornos pessoais, foi descoberto um alicerce de grandes blocos irregulares, de pedra local. Dentro e fora do espaço sagrado, em simples caixas de pedras fincadas jazia a necrópole mediévica. Depressa se delimitaram os contornos da antiga paroquial, de modestíssimas dimensões, onde, silenciada, se escondia uma milenar ara romana.



0
5cm


GOTVIL
CM

1
Escudo de Armas da Cidade do Porto
Eventual réplica de escudo outrora existente na Porta de Vandoma
Madeira polícroma
Séc. XIX

2
Taipa (cruz de Santo André)
Módulo de estrutura em taipa com tabique
Madeira, tijolo e argamassa
Séc. XVIII
SJO44.16 | Rua de S. João, 44-54

3
Silhares siglados de uma casa da Rua Nova
Pedras da parede de meação entre dois lotes
Granito
Séc. XV
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15

4
Inscrição do Postigo do Carvão
Lápide comemorativa do início da construção da cerca gótica
Granito
Ano 1348
Muralha Fernandina

5
Capitel gótico figurativo com duplo colunelo
Granito
Sécs. XIV-XV
Rua do Comércio do Porto, 57

6
Moeda
Siliqua
Prata
Requiário (448-456)
CI.91 | Casa do Infante

7
Prato alto
Cerâmica
Sécs. XIV-XV
CI.91 | Casa do Infante

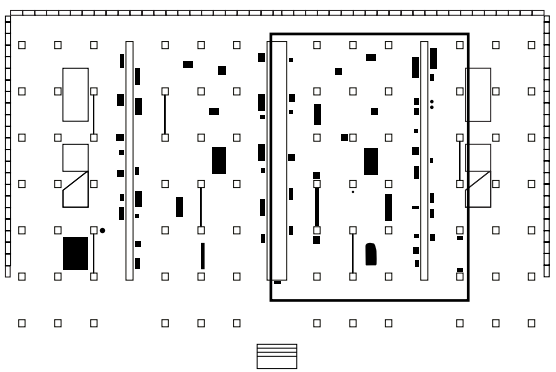
Tigela
Cerâmica
Sécs. XIV-XV
CI.91 | Casa do Infante

Frigideira ou prato de lume
Louça comum
Cerâmica
Sécs. III-IV
CI.91 | Casa do Infante

Almofariz
Louça comum
Cerâmica
Sécs. IV-V
CI.91 | Casa do Infante

Tigela
Louça comum
Cerâmica
Época Romana
CI.91 | Casa do Infante

8
Cepo de âncora
Chumbo
Época Romana
Encontrado junto ao Farolim de Felgueiras



9
Prato
Terra sigillata focense
Cerâmica
Decoração com motivos paleocristãos
Final do séc. V – Início do séc. VI
CI.91 | Casa do Infante

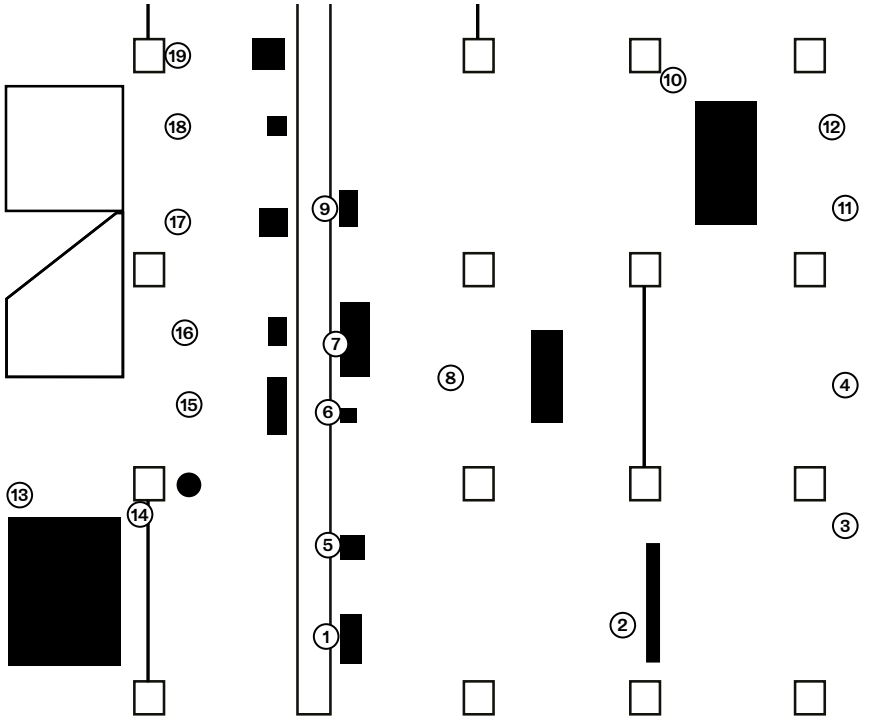
Taça de cerâmica fina
Terra sigillata Africana
Cerâmica
1.ª metade do séc. VI
CI.91 | Casa do Infante

10
Capitel de imposta
Granito
Reutilizado num muro
Tardo-romano
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15

11
Pátera
Cabo de taça ou bacia com terminação zoomórfica
Bronze
Época Romana
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

12
Pucarinho
Louça fina comum
Cerâmica
Séc. I d.C.
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15

Fragmentos de vasilhas
Louça pintada regional
Cerâmica
Sécs. IV-V d.C.
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15



BARRA DO RIO

FRENTE RIBEIRINHA

Viveiros, 2021
Teatro do Frio
Instalação e vídeo, som estéreo, loop

Sondagens Sonoras, 2021
João Pais Filipe
Som, 16 vias com ritmo 21/16

Fragmento de taça
Terra Sigillata Hispânica
Cerâmica
Sécs. IV-V d.C.
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

Fragmento de taça
Terra Sigillata Africana
Cerâmica
280/300 d.C. – Início do séc. V d.C.
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

Fragmento de prato
Terra Sigillata Focense
Cerâmica
Final do séc. V – Início do séc. VI d.C.
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

Fragmentos de aba de taça
Terra Sigillata Africana
Cerâmica
2.ª metade do séc. IV d.C.
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

Fragmento de tigela
Terra Sigillata Hispânica
Cerâmica
Com grafito alfabético
Sécs. IV-V d.C.
INF19.15 | Rua do Infante D. Henrique, 19-29

Fragmento de recipiente
Louça comum
Cerâmica
Com grafito alfabético
Sécs. IV-V d.C.
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15

Fragmento de tigela
Terra Sigillata Hispânica
Cerâmica
Séc. IV d.C.
INF9.09 | Rua do Infante D. Henrique, 1-15

13
Leito (incompleto) de veículo de tração animal
Madeira (carvalho)
Época Medieval (em estudo)
MCH.15 | Convento de Monchique

14
Bandeirinha da Saúde
Elemento de suporte a pendor ou bandeira de sinalização
Ferro forjado
Réplica
Séc. XX
Rua da Bandeirinha, junto às Escadas das Sereias

15
Objetos de adorno e acessórios
Contas de colar, passador e dedal
Âmbar, ágata, azeviche, metal (liga de cobre, ouro)
Contexto de enterramento
Séc. XVI – 1.ª metade do séc. XVII

Medalhas religiosas
Liga de cobre
Contexto de enterramento
Séc. XVI – 1.ª metade do séc. XVII

Cruxifixo de rosário
Osso
Contexto de enterramento
Séc. XVI – 1.ª metade do séc. XVII

Contas de rosário
Madeira branca, osso
Contexto de enterramento
Séc. XVI

F.87 | Castelo da Foz

16
Vieira
Concha de peregrino a Santiago de Compostela
Contexto de enterramento
Séc. XVI

Insígnias de Santiago Maior
Figuração do apóstolo Santiago que os peregrinos traziam presa ao vestuário
Azeviche (gema fóssil)
Contexto de enterramento
Sécs. XVI-XVII

F.87 | Castelo da Foz

17
Bilha
Peça decorada com motivos incisos e dois mascarões aplicados em cada lado do bojo globular
Cerâmica vermelha
1.ª metade do séc. XVII
F.87 | Castelo da Foz

18
Tijoleira com negativos de pegadas de animal
Cerâmica
Época Tardo-romana
ILD.07 | Igreja de Lordelo do Ouro

19
Ara (talvez dedicada às «águas imensas»)
Granito
Época Romana
F.87 | Castelo da Foz

ORGANIZAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL
DO PORTO

Presidente da Câmara
RUI MOREIRA

Diretora do Departamento
Municipal de Gestão Cultural
SOFIA ALVES

Chefe da Divisão Municipal
de Património Cultural
ALEXANDRA CERVEIRA LIMA

Chefe da Divisão Municipal
de Arquivo Histórico
HELENA GIL BRAGA

Chefe da Divisão Municipal
de Museus
INÊS FERREIRA

Diretor de Departamento
Municipal
de Comunicação e Promoção
PEDRO LOBÃO
–
ÁGORA – CULTURA E
DESPORTO DO PORTO E.M.

Presidente do Conselho
de Administração
CATARINA ARAÚJO

Administradores Executivos
ANA CLÁUDIA DA COSTA
ALMEIDA
ALFREDO CÉSAR
VASCONCELLOS NAVIO

Direção Executiva
FRANCISCA FERNANDES

Direção de Comunicação
e Imagem
JORGE RODRIGUES

MUSEU DA CIDADE

Direção Artística
do Museu da Cidade
NUNO FARIA

Coordenação de Projetos
Museológicos
JOÃO COVITA

Coordenação Técnica
BRUNO ROCHA

Gestor de Projetos Educativos
MARTA BERNARDES

Assistente de Curadoria
RITA ROQUE

Assessoria de Comunicação
RITA XAVIER MONTEIRO

Assistente de Direção
CRISTINA REGADAS

Assistente de Programação
TIAGO ALMEIDA

Apoio a Projetos Museológicos
JOANA ALVES-FERREIRA
ISABEL BABO
RUI SANTOS
CESÁRIO COSTA
RAFAEL FERNANDES

Apoio Administrativo
BÁRBARA ANJOS

Apoio à Contratação
MARIA DOS ANJOS CERDEIRA

RESERVATÓRIO

Programação
NUNO FARIA

Projeto Expositivo
EQUIPA DE PROGRAMAÇÃO
DO MUSEU DA CIDADE

Projeto Museográfico
JOÃO MENDES RIBEIRO
ARQUITECTO
–
JOÃO MENDES RIBEIRO
CATARINA FORTUNA
ROSSELLA CONVERSANO

Consultoria de Estabilidade
STRUCONCEPT
–
EUGÉNIO MAIA

Paisagem Sonora
JOÃO PAIS FILIPE

Instalação e Vídeo
VIVEIROS – TEATRO DO FRIO

Desenhos de Reconstituição
DANIEL SILVESTRE

Fotografia
ANTÓNIO ALVES
GRAÇA SARSFIELD
FERNANDO NORONHA

Pós-produção Fotográfica
STILLS

Produção de Estruturas
ARTWORKS – ECOSTEEL

Montagem e Instalação
NUNO MALHEIRO SARMENTO
PEDRO JERVELL
ANDRÉ AVELELA
LUÍS MAGALHÃES
ARTUR RUIVO
JOANA SILVA
JOANA LEITE

Conservação e Catalogação
ISABEL OSÓRIO
ANTÓNIO MANUEL SILVA
MANUELA RIBEIRO
PAULA ESPÍRITO SANTO
SUSANA RAFAEL
YOLANDA SILVA
CARLA STOCKLER
FERNANDO NORONHA
SÉRGIO GOMES
MARIA AUGUSTA MARTINS
FILIPE TEIXEIRA
JÚLIO VIEIRA

Restauro
PAULA ESPÍRITO SANTO
CLÍNICA DE CONSERVAÇÃO
E RESTAURO DA
UNIVERSIDADE
PORTUCALENSE
SAMTHIAGO — CONSERVAÇÃO
E RESTAURO
ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO

Apoio à Contratação
ALEXANDRA RAMOS

Engenheiro de Som
JORGE MOURA

Edição Vídeo
ANA AMORIM

Desenho de Som
JOSÉ ARANTES

Design Gráfico
R2

Tradução
MARTIN DALE

TEXTOS

Edição
CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO - MUSEU DA CIDADE

Autores
ANTÓNIO MANUEL SILVA
ISABEL OSÓRIO
MANUELA RIBEIRO
SÉRGIO GOMES
SARA LUZ
NUNO FARIA
ASSUNÇÃO ARAÚJO
MANUEL REAL
RUI MORAIS
IVA BOTELHO
LUÍS FILIPE GOMES
TERESA SOEIRO
CARLA STOCKLER
LAURA SOUSA
MARTA PEREIRA
ORQUÍDEA FÉLIX
LUÍS AGUIAR BRANCO
SÉRGIO MONTEIRO-RODRIGUES
GABRIEL PEREIRA
MARIA AUGUSTA MARTINS

Conceção Gráfica
R2

Fotografia
ANTÓNIO ALVES
GRAÇA SARSFIELD
FERNANDO NORONHA

PORTO, JULHO DE 2021

ISBN
978-989-53311-0-9

DEPÓSITO LEGAL
XXXXXXXXXXXXXX

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (FONTES PRIMÁRIAS)

BLM81.15 | HPC.09
ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO - RICARDO TEIXEIRA & VÍTOR FONSECA, ARQUEOLOGIA LDA.

CDF.01 | INF9.09
J. MENÉNDEZ, UNIPESSOAL, LDA.

MP-CVA02.00 | MPC.00
ERA ARQUEOLOGIA, S.A.

MP-CVA03.00 | MP-CVA05.02
ARQUEOHOJE - CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO MONUMENTAL, LDA./ NORMETRO, A.C.E./ METRO DO PORTO, S.A.

MP-CVA04.02
METRO DO PORTO, S.A.

SNT12.98
JOEL CLETO E JOSÉ MANUEL VARELA

INF19.15
SANDRA NOGUEIRA, PAULO LEMOS, RITA PEDRO E JOÃO SILVA

BAN70.96 | BAI109.97 | SEB42.96
JOEL CLETO

BAI50.12
DRYAS ARQUEOLOGIA LDA.

MIR99.12 | SALT1.08 | MSL1318.10
LOGIARK - SERVIÇOS ARQUEOLÓGICOS, UNIPESSOAL, LDA.

CIV.90
MARIA ISABEL OSÓRIO, MANUEL LUÍS REAL E ARMANDO COELHO F. SILVA

PNV51.98 | PNV45.99 | PNV39.98 | PNV21.02 | CC.84 | HUG.84
F.87 | CMGJ.94 | ILD.07 | SNT25.97
GABINETE DE ARQUEOLOGIA URBANA/ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

CI.91
MANUEL LUÍS REAL, PAULO DORDIO GOMES E RICARDO TEIXEIRA

RS-15.96
MANUELA RIBEIRO/ PROJETO PILOTO URBANO DO BAIRRO DA SÉ

MLS1334.10
ETNOS - PATRIMÓNIO E TURISMO CULTURAL, LDA.

IPA.21 | MSF.12
EMPATIA - ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO, LDA.

MTV.01
ARCHEO'ESTUDOS, INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA, LDA.

SBM59.18
AFA - ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO

IRT.18
CIVITAS ARQUEOLOGIA, LDA.

MUSEU DA CIDADE
RESERVATÓRIO

Porto.